



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

CONCLUSÃO

Em 10/11/2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.

Eu,

, Escr., subscrevi.

SENTENÇA

Processo nº: **0015808-16.2011.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Recuperação Extrajudicial - Recuperação extrajudicial**
 Requerente: **Digmotor Equipamentos Eletro Mecânicos Digitais Ltda**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Digmotor Equipamento Eletro-Mecânicos Digitais Ltda. alega estar padecendo adversidades financeiras desde a crise econômica de 2008. Pretende continuar suas atividades empresariais, mas para tanto elaborou plano de recuperação para pagamento de seus débitos, cujos credores, superiores a 3/5 do passivo, aderiram a esse plano. Os salários dos funcionários têm sido pagos regularmente. Pede o processamento desta recuperação extrajudicial e que ao final o plano respectivo seja homologado. Exibiu os documentos de fls. 08/639.

Providências preliminares foram determinadas pela decisão de fl. 642. Os credores indicados pela requerente aderiram ao plano e receberam seus respectivos créditos, com exceção do Banco do Brasil S/A. Este apresentou a habilitação de crédito às fls. 1363/1365 sustentando que seu crédito é de R\$ 186.003,44, constituído através dos contratos de abertura de crédito BB Giro Empresa Flex de ns. 029.508.896 e 029.505.875, e Cheque Ouro Empresarial vinculado à conta corrente n. 52.571-5. Referido valor deverá ser incluído no quadro geral de credores a ser pago no momento próprio com juros moratórios de 1% ao mês e outros encargos. Documentos às fls. 1366/1412.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A requerente impugnou às fls. 1415/1418 dizendo que se aplica ao caso a exclusão prevista no § 1º, do artigo 161, da Lei 11.101. Não mencionou esse crédito no plano de recuperação por força do aludido dispositivo. A habilitação desse crédito acarretará prejuízos ao cumprimento do plano, reservando-se ao BB promover execução para a cobrança do seu crédito. Os contratos celebrados pela requerente com o Banco do Brasil são posteriores à data do pedido de recuperação.

O Banco do Brasil ofereceu réplica.

É o relatório. Fundamento e decido.

Na inicial, a requerente não indicou o Banco do Brasil como seu credor. Esse crédito teria sido constituído nos contratos especificados nos itens 1, 2 e 3 de fl. 1364. Acontece que esse credor apresentou o contrato de abertura de crédito de n. 029.508.896 às fls. 1372/1386, firmado em 06.05.2010, o contrato de abertura de crédito n. 029.505.875 às fls. 1395/1401, datado de 10.07.2007, bem como o contrato do Cheque Ouro Empresarial de fls. 1411/1412, vinculado à conta corrente n. 52.571-5, cuja operação teve início em 21.10.2010. Pela evolução do débito de cada um desses contratos, em princípio, a somatória dos débitos da requerente atingiu o valor de R\$ 186.003,44, até 12.09.2011.

Nenhum desses contratos se subsume aos casos de exclusão do plano de recuperação previstos no § 1º, do artigo 161, da Lei 11.101. Em princípio, o crédito Banco do Brasil deveria ter sido relacionado na inicial para que este pudesse ser convocado a participar da Assembleia Geral de Credores.

Além do fato da requerente ter omitido a informação de que o Banco do Brasil era seu principal credor, dotado de legitimidade para participar de deliberações em torno do plano, a requerente impugnou a habilitação do crédito desse credor sustentando sua ilegitimidade e não sujeição ao plano de recuperação extrajudicial.

O processo acabou tomando outra direção por conta da própria omissão da requerente no que diz respeito ao crédito quirografário do Banco do Brasil S/A. Relativamente, aos demais créditos dessa natureza, a requerente aproveitou o processo para negociar praticamente de modo direto com esses credores, cujas dívidas foram objeto de novação objetiva, ocorreram os pagamentos e nenhum desses credores reclamou qualquer tipo de diferença pecuniária.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A requerente em momento algum demonstrou que os credores quirografários apontados nos documentos que acompanharam a inicial representavam mais de 3/5 de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos (artigo 163, da Lei 11.101/05). Em verdade a própria inicial se ressentia de vício ao deixar de listar cada um de seus credores (incontroverso: créditos de natureza quirografária), respectivos créditos, e o efetivo plano de recuperação extrajudicial, conforme exigido pelos artigos 162, 163 e incisos I, II e III, do § 6º, do artigo 163, da Lei 11.101.

Todos os credores que simplesmente aparecem nos documentos exibidos com a inicial, bem como alguns outros que acabaram sendo incluídos no curso da lide por aquiescência da requerente, participaram das novações objetivas e receberam seus créditos por força das transações firmadas com a requerente, tanto que, conforme já consignado, não reclamaram de diferença creditória alguma.

O desenvolvimento do processo acabou tendo feição de procedimento de jurisdição voluntária. Pelo fato do Banco do Brasil S/A ter o maior de todos os créditos e cujo volume supera 2/5 do total dos créditos quirografários noticiados nos autos, já seria mais do que suficiente para afastá-lo do risco de submissão firmada pelo artigo 163, da Lei 11.101.

O crédito do Banco do Brasil S/A, não incluído no que a requerente imaginou ser plano de recuperação extrajudicial, nem poderia ter seu valor ou condições originais de pagamento alteradas, conforme previsto no § 2º, do artigo 163, da Lei 11.101. Como já enfatizado, a requerente ostensivamente deixou de incluir na inicial o crédito do Banco do Brasil S/A, e essa sua postura foi alimentada pela noção de que esse credor não tinha legitimidade para participar do plano por incidência do § 1º, do artigo 161 da mencionada Lei (fl. 1416).

Todos os negócios jurídicos celebrados pela requerente e os demais credores quirografários são válidos e eficazes, tanto que devem ser homologados nos moldes do inciso III, do artigo 269, do CPC.

Entretanto, isso não impede que se deixe de homologar o plano, já que nenhum foi apresentado nos autos para atender o crédito do Banco do Brasil S/A. Devolve-se a este credor o direito de exigir seu crédito nas condições originais, por aplicação analógica do § 2º, do artigo 165, da referida Lei.

A requerente não cuidou de apresentar plano de recuperação extrajudicial que abrangesse o crédito do Banco do Brasil S/A. Se o que apresentara na inicial e documentos que a acompanharam fossem tidos suficientes para atender aos dispositivos legais supra mencionados, ainda sim dela se exigiria aditamento a esse imaginário plano para que o procedimento



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

obedecesse às exigência da Lei Especial.

O Banco do Brasil S/A não se expõe assim aos imaginados efeitos pretendidos pela requerente, mesmo porque nem sequer houve adesão da maioria (60% do valor do passivo), e esse credor não pode ser apontado como minoritário.

IMPROCEDE o pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial, pois não foram cumpridas as formalidades legais. Apesar disso, com exceção do crédito do Banco do Brasil S/A indicado nestes autos, **HOMOLOGO** os demais acordos celebrados pela requerente, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos, homologação esta nos termos do inciso III, do artigo 269, do CPC, e que não se confunde de modo algum com a homologação prevista no artigo 165, da Lei 11.101/05. Ressalvo ao Banco do Brasil S/A ajuizar a ação pertinente visando ao recebimento de seu crédito indicado a fl. 1364. Houve recíproca sucumbência (relativamente ao Banco do Brasil, aplica-se o disposto no artigo 22, do CPC). Custas a cargo da requerente.

P.R.I.

São Carlos, 10 de novembro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA